



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII LEGISLATURA

REQUERIMENTO AO GOVERNO REGIONAL

N.º 41 -VII-2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Tem causado alguma polémica pública a questão da futura localização do Casino de Ponta Delgada, especialmente depois das notícias que essa localização seria nos edifícios e terrenos da Calheta que actualmente são propriedade da EDA, S. A.

Percebe-se tal polémica porque, para além de outros factores ponderosos, é público que a Administração da EDA, S.A resolveu a seu tempo proceder à compra sistemática de habitações à volta do seu antigo edifício sede, como forma de aumentar significativamente o valor do seu património na Calheta.

Verificando-se agora uma opção de localização do Casino por esse espaço é preciso ponderar se, sim ou não, tal opção prejudica interesses comerciais legítimos da EDA, S.A, que também são interesses públicos dada a composição do capital dessa empresa.

Por outro lado é necessário apurar com clareza se a intervenção da tutela nesta situação se reveste de total transparência e se é feita no estrito respeito, quer pelo quadro legal específico que rege o sector, quer pela defesa do interesse regional, considerado em sentido amplo.

Assim, ao abrigo das competências estatutárias e regimentais previstas requero ao Governo Regional dos Açores resposta para as questões seguintes:

- 1 – Que instruções concretas foram, ou não, dadas à EDA, S.A pela tutela no que respeita à alienação do património daquela empresa na Calheta?
- 2 – Que deliberação tomou, ou não, o Governo Regional, quanto à eventual expropriação por utilidade pública daquele património, com a finalidade de aí ser construído, pela concessionária SANIBETÃO, o Casino?



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII LEGISLATURA

- 3 – No caso de ter sido decidida a expropriação por utilidade pública, qual a repercussão dessa decisão no valor da transacção e qual a quebra prevista nos benefícios da EDA nessa transacção face ao normal valor do mercado?

Assembleia Legislativa Regional, 02 de Junho de 2003

O Deputado Regional do PCP

(José Decq Mota)